

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº78 - DEZEMBRO - PORTO VELHO, 2002
VOLUME V
ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História

ARNEIDE CEMIN - Antropologia

ARTUR MORETTI - Física

CELSO FERRAREZI - Letras

FABÍOLA LINS CALDAS - História

JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia

MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação

MARIO COZZUOL - Biologia

MIGUEL NENEVÉ - Letras

VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

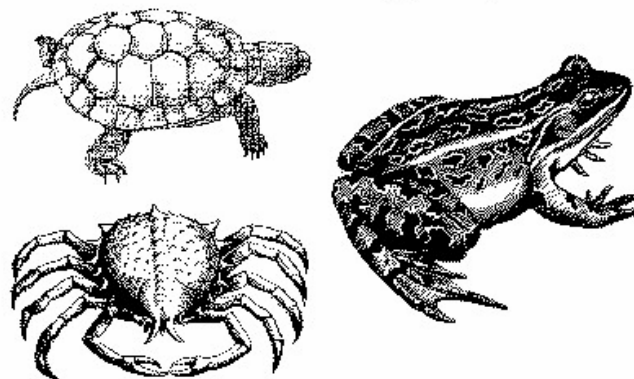
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Clodomir Santos de Moraes

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

78



**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E A
EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

CLODOMIR SANTOS DE MORAIS



PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Professor de Sociologia Rural
jacintaclodomir@hotmail.com

A vasta região que abarca o Alto-Paraguai e o Alto-Guaporé na qual se pretende compor o sistema integrado de desenvolvimento regional (SIDER) do extremo do Estado do Mato Grosso, se estende da área pantanosa dos xaraes até as terras mais altas do divortium-acquario da chapada dos Parecis que delimita as nascentes dos tributários do Tapajós, do Paraguai e do Rio Guaporé.

Correspondente aproximadamente a 50 mil Km² habitados por um pouco menos de meio milhão de pessoas distribuída em 14 municípios: Indiavaí, Comodoro, Salto do Céu, Vila Bela da Santíssima Trindade, Figueirópolis, Pontes de Lacerda, Mirassol do Oeste, Rio Branco, Reserva do Cabacal, Araputanga, São João do Quatro Marcos, Jauru, Porto Espiridião, e Cáceres. Este último é o município mais importante e para o qual confluem as vias de comunicação dessa sub-região matogrossense.

Trata-se de pequenos núcleos populacionais que em forma ganglionar se multiplicaram nessa faixa de terra ao ritmo de uma colonização espontânea desordenada e com a irracionalidade que caracteriza esta forma de expansão da fronteira agrícola.

O camponês indígena local e o adventício pequeno produtor, sempre disposto a reeditar a pequena economia familiar, constituem os protagonistas desse processo que conduz à depredação dos recursos naturais do trópico úmido.

Com efeito, o secular sistema da "derrubação-roça-queima" não é mais do que o PEÃO QUATRO REI de uma partida de xadrez entre o homem e a natureza; entre a Ecologia Humana e a Ecologia Natural, na qual esta sempre sai perdendo.

É que uma vez aberto o céu com a derrubada dos gigantescos espécimes vegetais, os raios solares passam a ser acessíveis até a vegetação de mais baixos tetos. Aí então parece o pasto natural e atrás deste, como um corolário imediato, vem o gado.

Em área de difícil comunicação e transporte para o mercado regional, o gado se apresenta, evidentemente, com a mercadoria ideal, pelo fato de conservar-se por si mesma: de reproduzir-se por si mesma e por transportar-se a si mesma.

Na medida em que se estende a atividade pecuária, o gado vai empurrando o homem rumo ao coração das áreas selváticas e, assim, o gado e colonos espontâneos, em poucas décadas mais, destruirão o resto da floresta do Além-Pantanal se não houver uma política adequada de conservação de recursos, aplicável a curto e médio prazo. Fora disso é inevitável a depredação dos restos de matas dessa vasta e rica região.

A Mobilidade Especial da Mão-de-Obra

Tem se observado que os deslocamentos contínuos ou intermitentes de população de área economicamente deprimida do Mato Grosso rumo as regiões selváticas do Alto-Paraguai e Alto-Guaporé e em direção aos centros urbanos se apresentam na forma de um processo de drenagem demográfica como que submetida à força de gravidade, e mais ainda como um mercado caráter seletivo da força de trabalho.

Nas áreas de economia deprimida, de uma produção familiar em desintegração lenta, porém contínua, permanecem apenas os anciãos, as crianças e as mulheres. Rumo aos centros urbanos (alguns deles, formados em décadas recentes) marcham os homens que não têm oportunidades nas áreas de minifúndios de terras esgotadas. Em direção às regiões de bosques latifundados-úmidos, em direção as matas virentes das cabeceiras do tributário do Alto-Paraguai marcham também os pequenos produtores jovens na esperança de reeditar o ciclo da empresa familiar.

Desse modo, a colonização espontânea desordenada e predatória da selva, igual a marcha rumo aos centros urbanos, tem origem nas áreas de economia deprimida. Logo, tanto os problemas sócio-econômicos das áreas de economia deprimida como os da depredação da selva e mais ainda os da periferia dos centros urbanos, todos eles guardam uma íntima relação e uma inter-dependência que só se explica com a própria estrutura da economia regional prevalescente.

Medidas Integrais: Formação de Quadros Médios

A análise dessa realidade indica que uma das medidas integrais para conjurar de certo modo os problemas derivados desses deslocamentos populacionais radica fundamentalmente em programa de maximização do emprego rural nas identificadas áreas de economia deprimida e em medida de racionalização das atividades produtivas da selva e dos centros urbanos.

Por esse motivo é que se propõe a adoção de programas com vistas a processos integrais de desenvolvimento, tendo como primeiro passo à formação de recursos humanos acessíveis a modestas Prefeituras e Unidade de proteção dessa sub-região.

Supõe-se imprescindível para cada uma da municipalidade que compõem o SIDER a criação de um escritório encarregado de:

- a) Planificação do emprego rural, mediante elaboração de projetos viáveis do ponto de vista financeiro;
- b) Capacitação administrativo-gerencial das empresas agropecuárias de propriedade e produção mais susceptíveis de absorver mão-de-obra ociosa das áreas rurais, sejam em atividades agrícolas, extrativas, pecuárias, de transformação e de serviços;
- c) Estabelecimento de um sistema de participação social na identificação de profetos ecológicos geradores de emprego e renda familiar;
- d) Montagem de eventos de capacitação massiva com vistas à estruturação de empresas associativas ou cooperativas de um Sistema Social Florestal assentadas na racionalidade econômica e na conscientização ecológica.

Prévio estabelecimento de "Santuário Ecológico"

Antes que o processo de depredação alcance e destrua as áreas de bosques dos divisores de água da Chapada dos Parecís ricos em germoplasma, urge o estabelecimento de Áreas de Reserva da Biosfera, espécie de "Santuários Ecológicos" com propósito de perpetuação de seus recursos biótipos em toda a sua variedade.

Evidentemente, para evitar que se tome a ecologia com fim e não como meio destinado a ajudar o desenvolvimento deve-se estimular o estudo científico e tecnológico que conduzam à adequada utilização das áreas de Reservas da Biosfera para desfrute dos que vivem na região.

Para tanto, é importante a adoção dos critérios primários (representatividade, diversidade, naturalidade e eficácia como unidade de conservação) e dos critérios secundários (informação sobre a zona, espécies em riscos de extinção, importância histórica, etc.) que tecnicamente se aplicam para a escolha das áreas destinadas ao estabelecimento de reservas da biosfera.

- a) A representatividade se expressa no conteúdo da área selecionada para Reserva Biosfera definido pelo conjunto típico de ecossistemas que entra em relações com biomas de claras afinidades com a vegetação autóctone ou original. Dado que nas cabeceiras dos tributários do Alto-Paraguai e do Alto-Guaporé é reduzido o número de habitantes, torna-se possível adotar um sistema legal e correspondente infra-estrutura econômica antes que a colonização espontânea crie novas situações consumadas. É o caso de se estruturar os seus esparsos em cooperativas que componham o Sistema Social Florestal, integrado por eles, e pelo Estado, com o propósito de obter lucros mediante o aproveitamento racional de recursos bióticos, turismo, etc. - atividade esta muito rentável do que tradicional sistema de agricultura trans-humante e da pecuária extensiva.
- b) A diversidade se expressa na maior variedade de representação de ecossistema, comunidade e organismos e característicos da selva-diversidade dentro de um mesmo tipo de biomas correspondente aos gradientes ecológicos, que variam segundo as atitudes e as condições edáficas e climatológicas da área.
- c) A naturalidade advém da condição de uma área não modificada pelo homem. Nesse caso os regulamentos vedarão a introdução de espécies exóticas, vegetais e animais, que rompem com a naturalidade de área de reserva.

E, finalmente, a eficácia como unidade de conservação se obtém nas grandes dimensões, ou seja, em superfícies suficientes para o desenvolvimento de grandes vertebrados que se deslocam em amplos territórios. Superfícies dessas dimensões garante a atividade do germoplasma florestal e a proteção dos animais em vias de extinção quase sempre sujeitos a forte pressão depredatória.

Programa de Repovoamento de Rios e Reflorestamento Ciliar

Independentemente das ações de identificação de área de preservação dos recursos naturais se devem implementar projetos já em fase de negociação tais como: o projeto do Pacu e Tambaqui e o projeto de Reflorestamento Ciliar concebidos e elaborados pela EMATER de Mato Grosso.

O primeiro tem claros propósitos econômicos já que o que se persegue é montar uma enorme fonte de produção de proteínas brancas para exportar para o resto do país e exterior, com efeito, a carne dos peixes pacu e tambaqui, espécies autóctones das bacias do Paraguai e do Guaporé, são de grande aceitação no mercado nacional e internacional.

O segundo projeto visa, sobretudo a proteção dos cursos d'água a restituição do revestimento florístico de suas margens e também como forma de prevenir a erosão provocada pelos desmoronamentos e degradação dos terrenos alcançados pelas cheias periódicas.

Organizar para Produzir Renda

Os milhares de pequenos produtores indígenas ou não-indígenas ("ladinos"), localizados nas fronteiras agrícolas do Alto-Paraguai e do Alto-Guaporé, enfrentam uma crítica situação tanto pela carência de estruturas organizadas adequadas aos padrões culturais e às possibilidades produtivas das áreas. Daí porque é necessário dar início imediatamente aos trabalhos de organização com vistas a certas atividades econômicas que permitam gerar ingressos monetários a curto prazo.

Isso servirá de estímulo aos participantes enquanto se estruturam os grandes projetos definitivos e de grande envergadura para o desenvolvimento da área coberta pelo Sistema Integrado de Desenvolvimento Regional do Além Pantanal.

Nesse particular, é importante levar em conta que a organização, desde seus começos, vai inteiramente vinculada a programas de capacitação e adestramento, pelo fato de organização mesma estar ligada à atividade que requerem transferência de tecnologia na atualidade não usada pelos grupos de pequenos produtores internados nas selvas.

É que inicialmente a produção estará em ralação com o aproveitamento de matéria-prima de maior abundância na região, tais como os diferentes tipos de bio-massa que possam se prestar como formas alternativas de produção energética.

Por outro lado, enquanto se desenvolvem os programas de organização para a produção baseada no aproveitamento de matérias-primas abundantes, a nível local se deverá impulsionar a experimentação de cultivos de máximo rendimento por hectare e de fraca receptividade comercial tais como gengibre, ipecacuanha (poaia), alhos, cebola e pimenta do reino a serem incorporados aos futuros planos de produção agrícola em escala social. Além da atividade extrativa de resinas de látex e de fibras naturais, se deverá montar também programas de epífitas (orquídeas) tão abundantes nas matas daquelas bacias hidrográficas.

Sistema Social Florestal

A organização das populações que vivem que vivem dentro de áreas selváticas deverá estar vinculada ao IBAMA e aos proprietários daquela áreas. Trata-se de um modelo especial de associativismo com tríplice propósito: a sustentação material do produtor; a proteção de recursos naturais de áreas selváticas; e o rendimento econômico das reservas de biosfera.

Para cada um determinado conjunto de cooperativas florestais deverá funcionar uma unidade agro-industrial de transformação das matérias primas recolhidas nos bosques, tais como: medicinas naturais, breu vegetal e breu mineral, látex, resinas, lenha, castanhas, cocos, cogumelos, etc. E por se tratar de atividade de proteção e exploração dos bosques realizadas de forma social, a distribuição do produto deverá também ter um caráter social, ou seja, os lucros deverão ficar em mãos dos associados da cooperativa florestal.

Capacitação Para Empresa De Tipo Grande

Dado o caráter social das atividades produtivas de Cooperativas Florestais, a capacitação dos produtores terá evidentemente que ser massiva para a formação de quadros organizadores de empresas do tipo grande, ou seja, de processo produtivo socialmente dividido. Trata-se de capacitação mediante "Laboratório Organizacionais" com vistas à organização para a produção, independentemente do tipo de atividade produtivas que lhes permitam realizar: agrícola, silvicultura, pecuária menor e agro-indústria. Esta capacitação lhes permitirá inclusive a mobilização racional das potencialidades e capacidade de iniciativa dos grupos sociais no sentido de coadjuvar as medidas que o Estado decida adotar para a proteção dos recursos naturais.

O Laboratório Organizacional lhes ensinará (a nível individual ou de grupo) como atuar com eficácia em ações de escala social (divisão social do processo produtivo, próprio das empresas de tipo grande) quer dizer, superior a uma escassa divisão social do trabalho.

Seja qual for à estrutura administrativa que se subordine ao marco institucional da cooperativa ou qualquer outro tipo de empresa de propriedade e produção social, a capacitação que se oferecerá a esses produtores estará intimamente relacionada com a práxis organizativa que se gera dentro do próprio "Laboratório Organizacional".

Os primeiros "Laboratórios Organizacionais" para a formação de quadros organizadores de empresas do Sistema Social Florestal para Proteção e Exploração dos Recursos Naturais Selváticos não poderão ser realizados em qualquer instalação física. É imprescindível que a localização do centro de capacitação esteja contígua ou ao interior de uma Reserva de Biosfera a fim de possibilitar as aulas práticas. E que, além de algumas áreas de cultivos hortifrutigranjeiros para a sustentação do Centro de Capacitação, existam instalações suficientes para albergar uma centena de alunos que, procedentes de outras áreas florestais, virão ali participar dos recursos de capacitação massiva dessa modalidade de "Laboratório Organizacional de Centro".

Cursos para Formar Técnicos em Eco-Desenvolvimento

É necessário que as Prefeituras de cada município dotados de Projetos Ecológicos para a Proteção de Recursos Naturais disponha de um Serviço de Planificação (SERPLAN) composto de um Projetista, um Planificador Regional e um Técnico em Organização e Administração de Empresas. Todos esses Técnicos aprendem a metodologia da Capacitação Massiva com vistas a criar e desenvolver estruturas organizadas de participação social. Para tanto, enquanto dure o curso, os alunos, no mínimo 40, viverão a experiência do Laboratório Organizacional de Curso, organizados em sua própria estrutura de participação social, a fim de que a vida organizada lhes crie a consciência organizativa imprescindível ao entendimento e solução dos problemas das empresas autogestionadas do Sistema Social Florestal.

Trata-se de quadros intermediários e não de profissionais universitários. Esses quadros são formados com professores primários, contadores, finalistas do segundo grau, práticos agrícolas ou de formação similar.

A capacitação destes priva de um especial conteúdo com os parâmetros ecológicos que devem ter os projetos, programas e políticos de desenvolvimento de Regiões de trópicos úmidos dotados de reservas florestais.

O curso se desenvolverá durante noventa dias com atividades didáticas de oito horas cada dia e além disso a adoção de um programa de leitura obrigatória de sessenta textos técnicos. Estima-se que pelo menos dez catedráticos e instrutores deverão colaborar nesse curso a serviço de instruções nacionais e internacionais que operam com desenvolvimento dentro do marco ecológico.

Nos primeiros 15 dias, o curso se efetuará em um centro de capacitação para a formação de quadros organizadores de empresas do Sistema Social Florestal, nos moldes antes descritos. Os últimos 15 dias serão dedicados à elaboração de planos e projetos a nível de terreno e bem assim na transferência de conhecimento e de método para formar os auxiliares de Projetos Ecológicos (APE).

O período intermediário de 60 dias será dedicado a classes, primeiro de conhecimentos gerais e logo o ensino de análise e adaptação reais de áreas tropicais, os hábitos culturais da população e o imperativo de gerar emprego dentro do setor extrativista.

Programa do Curso

O curso para formação de técnicos em Ecodesenvolvimento contará com três ciclos:

CICLO A: Formação básica

CICLO B: Especialidades: Ecologia, Planificação e Avaliação de Projetos e Administração de Empresas, Organização da Participação Social.

CICLO C: Transferência de conhecimentos e métodos para a formação de Auxiliares de Projetos Ecológicos (APECO).

O Ciclo A de formação Básica, ao que deverá assistir o conjunto de todos os participantes, inclui temas relacionados com elementos de Ecologia, de Economia e de Sociologia da Organização referidos ao Trópico Úmido com os problemas e implicações da realidade rural.

O objetivo principal deste ciclo é dotar os participante de elementos que ampliem sua capacidade de compreensão da realidade dentro da qual trabalharão e, ao mesmo tempo, familiarizá-los com sistemas categorias e conceptuais daquelas ciências e no uso de métodos de análise que facilitem a posterior complementação de sua formação básica.

Inclui-se também uma Unidade de caráter instrumental através da qual se introduz a temática da planificação e se desenvolverão técnicas que interessam à formação do conjunto de participantes (Técnicas de Pesquisas Sócio-econômicas e Elementos Básicos de Estatísticas).

O Programa específico do Ciclo A que terá uma duração de quatro semanas constará de:

UNIDADE 1: TEORIA DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA:

- Fatores históricos do surgimento da mercadoria;
- A consciência organizativa como reflexo da atividade material;
- O papel dos "insumos indivisíveis" plasmados no Capital Constante;
- Mecanismos de combate aos vícios das formas artesanais de trabalho.

UNIDADE 2: INTRODUÇÃO À ECOLOGIA:

- Os ecossistemas e suas interdependência;
- Reservas de Biosfera;
- Noções de Dialética da Natureza e Dialética do Desenvolvimento da Natureza Inorgânica.

UNIDADE 3: NOÇÕES ELEMENTARES DE ECONOMIA:

- Conceito Básico da Economia;
- O funcionamento do Sistema Econômico;
- Introdução aos Problemas do Desenvolvimento.

UNIDADE 4: TEORIA E PRÁTICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS:

- A função social da propriedade do solo;
- Diferença de Desenvolvimento Agrícola, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Ecológico;
- Política de Reforma Agrária; experiências históricas.

UNIDADE 5: INTRODUÇÃO À PLANIFICAÇÃO:

- Conceitos Básicos;
- Aspectos metodológicos;

- Formulação de Diagnósticos sócio-econômicos;
- Técnicas de pesquisas;
- Estatísticas.

O Ciclo B, que contempla a formação específica, de caráter eminentemente instrumental se administrará através de quatro especialidades:

Especialidade B. 1: Planificação Agro-ecológica

Especialidade B. 2: Noções de Sociologia da Organização

Especialidade B. 3: Elaboração e Avaliação de Projetos

O propósito buscado com esta divisão é o de permitir um tratamento mais profundo dos temas que conformam a base das disciplinas antes assinaladas. No contexto anterior, esta parte do curso persegue a formação de equipes multidisciplinares de trabalhos para o desenvolvimento das tarefas concretas envolvidas no processo de desenvolvimento, principalmente os aspectos de planificação.

Para cumprir com este propósito cada especialidade contará com o seguinte programa: Especialidade B. 1: Planificação Agro-Ecológica

UNIDADE 6: PLANIFICAÇÃO

- Estratégia do Desenvolvimento;
- Problemas de Planificação;
- A formulação de planos e programas;
- As medidas complementares;
- O marco institucional da Planificação.

UNIDADE 7: PLANIFICAÇÃO DE ÁREAS ECOLÓGICAS

- Planificação regional: problemas e métodos;
- A Planificação do uso dos recursos naturais;
- A natureza como premissa da Planificação ecológica.

UNIDADE 8: PLANIFICAÇÃO DE EMPRESAS DO SISTEMA SOCIAL FLORESTAL

- Padrões de assentamento em áreas florestais;
- Critérios e métodos para a Planificação do Sistema Social Florestal;
- Planificação de produção e dos investimentos;
- Técnicas de Avaliações.

Especialidades B. 2: Noções de Sociologia da Organização

UNIDADE 6: CAPACITAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO

- O rol de "Insumos Indivisíveis" na Organização Social;
- Condições Objetivas e Fatores Subjetivos que influem no processo de Organização Social;
- Didática do Ensino e Didática da Capacitação.

UNIDADE 7: MARCOS TEÓRICOS DA MODERNA ENGENHARIA SOCIAL

- O fator pedagógico da prática;
- A categoria da "Atividade Objetiva";
- A capacitação guiada por "Fatores Objetais";
- O papel das estruturas organizativas na ecologia social.

UNIDADE 8: CAPACITAÇÃO MASSIVA

- Formação de Formadores;
- Projetos Globalizadores de Capacitação Massiva;
- "Laboratórios Organizacionais" e a Auto-Capacitação.

Especialidade B. 3: Elaboração e Avaliação de Projetos

UNIDADE 6: O MARCO GLOBAL PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS

- Projetos de investimentos: conceitos e tipos;
- Etapas na formação de projetos;
- A análise das possibilidades de investimentos;
- Coordenação de planos e projetos: critério para o estabelecimento de prioridades.

UNIDADE 7: ELABORAÇÃO DE PROJETOS

- Informação Básica: técnicas e métodos de compilação e análise;
- Estrutura do Projeto;
- I) análise do mercado;
- II) tamanho de localização;
- III) engenharia do projeto;

IV) custos e financiamento;

-Apresentação do Projeto.

UNIDADE 8: SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS

-Efeitos do Projeto;

-Tipos de Avaliação;

-Critério de Avaliação;

-O método para a seleção de Projetos.

UNIDADE 9: ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS

-Organização para a administração do Projeto;

-Planificação de execução: noções de PERT.

Especialidade B. 4: Administração e Planificação de Empresas

UNIDADE 6: CRITÉRIOS PARA A PLANIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTOS AGRO-ECOLÓGICOS

-Padrões de assentamentos rural;

-Critérios físicos e socio-econômicos para a planificação de assentamentos agro-ecológicos;

-O desenvolvimento integrado de áreas rurais e a planificação de empresas do Sistema Social Florestal.

UNIDADE 7: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PLANIFICAÇÃO DE EMPRESAS ASSOCIATIVAS AGRO-FLORESTAIS

-Etapa na Planificação e desenvolvimento de empresas associativas agro-florestais;

-A informação básica;

I) metodologia de diagnóstico;

II) técnicas e compilação e análises de informação; método de orçamento;

III) método de inventário do potencial energético;

IV) relação de recursos naturais e beneficiários.

UNIDADE 8: FORMULAÇÃO DO PLANO DE EMPRESA AGRO-FLORESTAL

-O plano de exploração racional, objetivos, estruturas e funções;

- Formulação do Plano de Produção de Bens e de serviços;
- Planificação dos Recursos Naturais;
- Planificação dos Investimentos;
- Planificação financeira.

UNIDADE 9: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLOE DE EMPRESAS AGRO-FLORESTAIS

- Noções de Organização e Administração de Empresas;
- As empresas associativas e do Sistema Florestal; estrutura e formas de organização;
- Cooperativas de autogestão; estrutura e forma de organização;
- Contabilidade agro-florestal.

Esta especialidade terá a duração de 4 semanas.

Ciclo C - TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS E DE MÉTODOS PARA A FORMAÇÃO MASSIVA DE AUXILIARES DE PROJETOS ECOLÓGICOS (APE)

Com o propósito de complementar a formação teórica dos Técnicos em Ecologia e Desenvolvimento e bem assim com o propósito de que eles cooperem na formação dos Auxiliares de Projetos Ecológicos, o curso prevê a realização de trabalhos a nível de terreno durante 4 semanas.

Metade desse período será utilizado na elaboração de projetos realizados por equipes integradas de participante de cada especialidade.

Esta etapa do curso será de 3 semanas em estreita coordenação com os programas de trabalho das Prefeituras, cujos Municípios conformam o Sistema Integrado de Desenvolvimento Regional (SIDER). Na mesma oportunidade as equipes de Técnicos em Eco-desenvolvimento (TDE) farão as entregas teóricas necessárias à formação dos Auxiliares de Projetos Ecológicos na identificação de projetos agro-ecológicos geradores de emprego e renda de elaboração simples dos seus respectivos perfis.

As atividades do Ciclo C serão concebidas de tal maneira que tanto os projetos elaborados e formação intensiva dos Auxiliares de Projetos Ecológicos (APE), não só sirvam de exercício de capacitação dos participantes, senão atendam também às necessidades concretas das instituições beneficiárias, as Municipalidades principalmente.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

SUGESTÃO DE LEITURA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ABRIGOS INSTITUCIONAIS

ARNEIDE CEMIN (org.)
EDUFRO

RESUMO: É na família que a criança estrutura grande parte de sua personalidade e vai adquirindo meios de sobrevivência. Ela, família, deve oferecer ainda, suporte afetivo, emocional e material. Porém, observa-se que nem sempre a família consegue desempenhar com eficácia seus papéis, e muitas vezes, perde-se entre eles em função de inúmeras e diversas dificuldades que ocorrem no seu cotidiano e que podem desencadear, entre outras situações, a da violência doméstica.

SUMÁRIO: As características institucionais dos abrigos governamentais para crianças e adolescentes em Porto Velho; Violência e acolhimento; Família e violência.

Áreas de interesse: Antropologia, Ciências Sociais.

Palavras-chave: Infância e adolescência; Abrigos institucionais, Violência doméstica.